



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 686/2013

P.P.A

PLANO PLURIANOAL PARA O QUADRIÊNIO 2014 - 2017

APRESENTAÇÃO

Tairienses,

É com imensa satisfação, que apresentamos para apreciação o Plano Plurianual – PPA. Optamos por fazê-lo de forma participativa, não somente por ser um determinante legal estabelecido pelo Artigo 165 da Constituição Federal, mas, principalmente, porque acreditamos na sua capacidade de sonhar e externalizar o seu desejo de uma vida mais digna, fruto de um Trairi desenvolvido, justo e melhor.

Concitemos cada trairiense, cidadão em construção, também para participar efetivamente na implementação dessas ações durante o período de 2014 a 2017.

Acreditamos, que governo e sociedade de braços dados, compartilhando dos mesmos ideais e juntos na mesma caminhada, podem fazer muito mais, podem construir um Trairi tão grandioso quanto nossas aspirações.

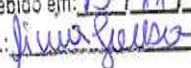
E foi acreditando na capacidade da gente trairiense e de todos aqueles que mesmo não tendo nascido nas linhas imaginárias do limite de seu território, se irmanam no desejo de um Trairi desenvolvido e sustentável, tudo faremos para implementarmos nesse horizonte de quatro anos, todos os sonhos anunciados aqui nesse documento, entretanto, necessário se faz que antes de tudo restabeleçamos a legalidade funcional da gestão, sem nenhum ranço revanchista, mas, também, sem hesitarmos no cumprimento das exigências para atendermos os trâmites legais da renegociação das dívidas, dívidas essas que nos tornaram inadimplentes perante os organismos do Estado e da União, nos impedindo de reafirmar convênios e auferir os recursos dos programas e dotações orçamentárias estaduais e federais.

Não obstante aos entraves inerentes ao início das gestões públicas no Brasil, afirmamos aos trairienses que a reconstrução político administrativa do município já teve seu início a partir da nossa posse e, embora reconheçamos que ainda não tenham acontecido mudanças relevantes no contexto geral, diversas ações importantes já estão em curso e em breve, muito breve, já começaremos a vislumbrar um Trairi melhor para todos, pois essas ações, somadas às potencialidades naturais dessa terra produzirão sem dúvida a melhoria da qualidade de vida para nossa gente.


FRANCISCO JOSÉ FERREIRA NORONHA
PREFEITO MUNICIPAL DE TRAIRI

CÂMARA MUNICIPAL DE TRAIRI

Recebido em: 15/11/13

Ass.: 

TRAIRI OFICIAL

PREFEITO	FRANCISCO JOSÉ FERREIRA
NORONHA	
VICE-PREFEITO	MANOEL OLIVEIRA FILHO
CHEFE DE GABINETE	GERVÁSIO DA FROTA DINIZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	MIGUEL JOSÉ LECHIU
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO	JOSÉ LUCIANO MOREIRA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS	JOSÉ ITAMAR RIBEIRO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	MARIA ZENICE GÓES BARBOSA
SECRETÁRIO CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE	ANTÔNIO BARBOSA RIOMAR
SECRETÁRIO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	MARCELO ANTÔNIO BARBOSA
SECRETÁRIO DE SAÚDE	MARCOS HENRIQUE FERREIRA DO PRADO
SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	FRANCISCO OLIVEIRA DIAS
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA - INTERINO	GERVÁSIO DA FROTA DINIZ
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, PESCA E RECURSOS HÍDRICOS	JOÃO BATISTA DE SANTIAGO

VEREADORES CÂMARA MUNICIPAL DE TRAIRI

PRESIDENTE	FAUSTO TOMÉ AGUIAR
VEREADOR	MARCIO ALVES RIBEIRO
VEREADOR	ANTONIO BARROS BARBOSA
VEREADOR	WILLAME MONTENEGRO SANTOS
VEREADORA	FRANCISCA ONEIDE BENEVIDES
VEREADOR	FRANCISCO ERONILDO DOS SANTOS
VEREADOR	RAIMUNDO SENA
VEREADOR	RINALDO CÍCERO ANGELIM
ARAÚJO	
VEREADOR	JOSÉ FABIO PRACIANO DE SOUSA
VEREADOR	LUCAS PINTO DE SOUSA
VEREADOR	LUIS COELHO BRAGA
VEREADOR	LUCIENE CORREIA CARNEIRO
VEREADOR	GUSTAVO MOREIRA
VEREADORA	MARO WILSON PINTO
VEREADORA	FRANCISCA BRAGA DE LIMA



CORPO TÉCNICO DE ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS

COORDENAÇÃO GERAL **MARCELO ANTÔNIO BARBOSA**

EQUIPE TÉCNICA..... **SOCORRO LAUDENIA**

..... **VALÉRIA ESCOLÁSTICO**

..... **HELANO FIUZA**

..... **VIRGÍNIA PARENTE**

DINÂMICA DE GRUPO..... **Dr. FRANCISCO IVANI RABELO**

INFRAESTRUTURA/ LOGÍSTICA

DIAGRAMAÇÃO E DIGITAÇÃO..... **IVANILDO MOURA**

CREDENCIAMENTO..... **MEIRE AGUIAR – SOCORRO VIANA**

SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE **RAIMUNDO WILSON VIANA – JOSÉ RUI
BARBOSA**

SERVIÇO DE BUFET E COZINHA **MARIA LUZANIRA e EQUIPE JRD**

SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO **JOSÉ LUCIANO BARBOSA LUCAS**

LOCAL E INFRAESTRUTURA **EEEP JOSÉ RIBEIRO DAMASCENO**

ÍNDICE

MENSAGEM PREFEITO	
APRESENTAÇÃO	
PROJETO DE LEI DE Nº 017/2013	08
HISTÓRICO DE TRAIRI	10
1 – CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	12
1.1 – ASPECTOS GERAIS	12
1.2 – POSIÇÃO E EXTENSÃO	12
1.3 – CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS	12
1.4 – DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	13
2 – ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS	14
2.1 – DEMOGRAFIA	14
2.2 – DOMICÍLIOS	15
2.3 – SAÚDE	15
2.4 – EDUCAÇÃO	17
2.5 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO	19
2.6 – EMPREGO E RENDA	19
3 – INFRAESTRUTURA	20
3.1 – SANEAMENTO	20
3.2 – ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO	21
4 – ECONOMIA E FINANÇAS	22
4.1 – PRODUTO INTERNO BRUTO	22
4.2 – FINANÇAS PÚBLICAS	22
5 – PASSOS REALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2014 – 2017	24
6 – FATORES PROPULSORES E RESTRITIVOS DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	25
7 – AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS DO PPA	27
8 – DEMONSTRATIVO DE RECEITAS	30
9 – AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS DO PPA	31

LEI Nº 686/2013

TRAIRI EM, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de TRAIRI, para o quadriênio 2014/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRAIRI, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de TRAIRI, para o quadriênio 2014-2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 10, da Constituição Federal, na forma dos anexos desta Lei.

Art. 2º — O Plano Plurianual 2014-2017 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º — Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 4º — Os recursos financeiros contidos nos anexos desta Lei serão ajustados anualmente, por ocasião da revisão do Plano Plurianual (PPA), considerando dentre outras variáveis, o crescimento econômico, a taxa de inflação, o comportamento dos contribuintes, o crescimento populacional e outros fatores internos e externos que provoquem aumento ou decréscimo da receita prevista.

Art. 5º — A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º — Os projetos de lei que modifiquem o Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de programa:

- a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;
- b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II – alteração ou exclusão de programa:

- a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 2º — Considera-se alteração de programa:

- I – modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;
- II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;
- III – alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 3º — As alterações previstas nos incisos II e III do § 2º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que não modifiquem o objeto do programa.

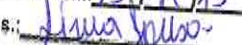
§ 4º — A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais.

Art. 6º — O Poder Executivo fica autorizado a:

- I – alterar o órgão responsável por programas e ações;

CÂMARA MUNICIPAL DE TRAIRI

Recebido em: 13/11/13

Ass.: 



- II – alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;
- III – adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual. Plano Plurianual do Município de TRAIRI-PPA 2014-2017.

Art. 7º — O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2014-2017, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art. 8º — Os Órgãos do Poder Executivo, responsáveis por programas deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 9º — O Poder executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 31 de Agosto de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual.

Parágrafo Único — O relatório conterá, no mínimo:

- I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se for o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;
- II – demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;
- III – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior, comparado com o índice final previsto;
- IV – avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas de cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

Art. 10 — O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de que trata esta Lei.

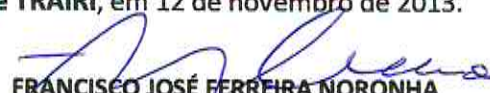
Art. 11 — O Poder Executivo garantirá o acesso, pela Internet, às informações constantes do sistema de planejamento para fins de consulta pela sociedade.

Art. 12 — O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

- I – texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;
- II – anexos atualizados dos Programas e respectivas ações.

Art. 13 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal da Prefeitura de TRAIRI, em 12 de novembro de 2013.



FRANCISCO JOSÉ FERREIRA NORONHA
Prefeito Municipal do Trairi

A CIDADE

TRAIRI

ALDEIA

Os índios que perambulavam por Trairi em 1600, segundo o historiador Tristão de Alencar Araripe, eram os Anassés e Tabajaras, eram caçadores que não se aclimataram nas praias, indo para os sertões e serras onde formaram suas tabas.

Em 1608, só existia do Trairi, o rio, que nasce nas quebradas das serras e vem em rumo do litoral, até despejar no Atlântico, no local onde hoje chamamos Barra do Trairi. Neste local, ao passar dos anos, se formaram dois lugarejos, Cana Brava e Pedrinhas, habitados por descendentes de portugueses, índios e africanos, na sua maioria, portugueses e índios. Depois se estendeu por todo longo do rio, com a construção de casas, pelo Capitão-Mor, na colonização e pelos primeiros portugueses que aqui chegaram e construíram suas casas e a capela.

Trairi nasceu como aldeia em 1608, com a chegada dos Pitiguaras às margens do rio de mesmo nome. Entre o século XVI e a metade do século XVII, ainda se encontrava nesta mesma situação. No final do Século XVII, começaram a chegar portugueses que se estabeleceram, constituindo famílias, os que não eram ainda casados.

A ocupação do município tem início em meados do século XVIII, quando os colonos Nicolau Tolentino, Marinheiro Cunha, Manuel Barbosa, Xavier de Sousa e Antônio Barros de Sousa que estabeleceram fazendas na região. Entre eles, como fundador do reduto, destaca-se João Verônica um bem sucedido colono, e ótimo construtor que ocupou uma área onde edificou sua casa de moradia, promovendo o aldeamento em torno da qual, a cerca de 9 km do mar, nasceria a povoação de Trairi.

TRAIRI

VILA

A Vila de Trairi foi fundada em 12 de novembro de 1863. Foi seu primeiro Intendente o Coronel Antônio Barroso de Souza, da zona de Paracurú, no tempo do império.

Em vista de ingerência política negativa, o processo de elevação de Trairi a Vila foi prejudicado. Na primeira vez, durou apenas um ano. Foi extinta pela Lei nº 1110, de 1 de novembro de 1864. Em 1869, foi outra vez instituída a condição de Vila. Em 1869, pela Lei 1235 de 27 de novembro, a sede da Vila foi outra vez transferida, ficando sediada em Parasinho, na época adiado a Trairi, que elevada a Vila tomou o nome de Paracuru. Seis anos depois, em 1874, retorna Trairi a condição de Vila pela Lei 1604 de 14 de agosto. Deve-se isso ao acelerado processo de colonização. Passou a chamar-se Vila N. S. do Livramento. Pela Lei nº 1669 de 19 de agosto de 1875, foi confirmado o nome de Trairi, por significar na língua indígena "Rio das Trairas".



Em 19 de abril de 1913, pela Lei nº 1084 outra vez Trairi perdeu sua condição de Vila, sendo mais uma vez restaurada pela Lei nº 1181 de 23 de julho de 1914. Ainda uma vez suprimida pela Lei nº 1794 de 9 de outubro de 1920, ficando ~~dentro da Vila de~~ Página 10 de 44 Itapipoca. Nova restauração aconteceu pela Lei nº 2002 de 16 de outubro de 1922. Nove anos depois, pelo Decreto nº 193 a 20 de maio de 1931, foi definitivamente extinta a Vila de Trairi. Ficando pertencendo novamente a Itapipoca, depois a São Gonçalo e mais uma vez, junto com Paracurú, à Itapipoca. Até que, pelo decreto nº 64 de 7 de agosto de 1935 São Gonçalo foi elevado à categoria de cidade com o nome de Anacetuba, compreendendo também o Trairi.

TRAIRI

CIDADE

Antes da emancipação para tudo dependíamos de Anacetuba (São Gonçalo do Amarante), foram tempos difíceis, décadas de escravidão. Até que uma nova geração de trairenses conseguiu elevar Trairi à categoria de cidade.

A sua evolução política é marcada por uma trajetória repleta de instabilidades, tendo sua emancipação política em 22 de novembro de 1951 e instalado em 25 de março de 1955. Aí então Trairi começou a desenvolver-se. Hoje temos quase tudo que o povo precisa nas áreas de educação, saúde, justiça. O setor turístico também avançou e temos visitantes que vem admirar nossas praias, nossa hospitalidade, nossa comida típica, nosso artesanato.



Mapa – 1

Assinatura

1 - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

1.1 - ASPECTOS GERAIS

Características

Município de Origem – Caucaia

Ano de Criação – 1863

Lei de Criação - 1.068

Toponímia — Palavra originária do tupi, que significa Rio das Trairas

Gentílico – Trairense

Código Município – 2313500

Fonte: IBGE/IPECE.

1.2 - POSIÇÃO E EXTENSÃO

Situação Geográfica

Coordenadas Geográficas		Localização	Municípios Limitrofes			
Latitude(S)	Longitude(WGr)		Norte	Sul	Le	Oeste
3° 16' 40"	39° 16' 08"	Norte	Oceano Atlântico, Itapipoca	Itapipoca, Tururu, Umirim, São Luís do Curu, São Gonçalo do Amarante	São Gonçalo do Amarante, Paraipaba	Itapipoca

Tabela 1 – Fonte: IBGE/IPECE.

Medidas Territoriais

Área		Altitude (m)	Distância em Linha Reta a Capital (km)
Absoluta (km²)	Relativa (%)		
924,56	0,62	18,0	105

Tabela 2 – Fonte: IBGE/IPECE.

1.3 - CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Aspectos Climáticos

Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura Média (°C)	Período Chuvoso
Tropical Quente Semi-árido Brando	1.588,8	26° a 28°	janeiro a abril

Tabela 3 – Fonte: FUNCEME/IPECE.

Componentes Ambientais

Relevo	Solos	Vegetação	Bacia Hidrográfica
Tabuleiros Pré-Litorâneos e Planície Litorânea	Areias Quartzosas Distróficas, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólio Vermelho-Amarelo, Regossolo, Solonchak e Solonetz Solodizado	Complexo Vegetacional da Zona Litorânea e Floresta Perenifólia Paludosa Marítima	Curu, Litoral

Tabela 4 – Fonte: FUNCEME/IPECE.



1.4 - Divisão Político-Administrativa

Divisão Territorial

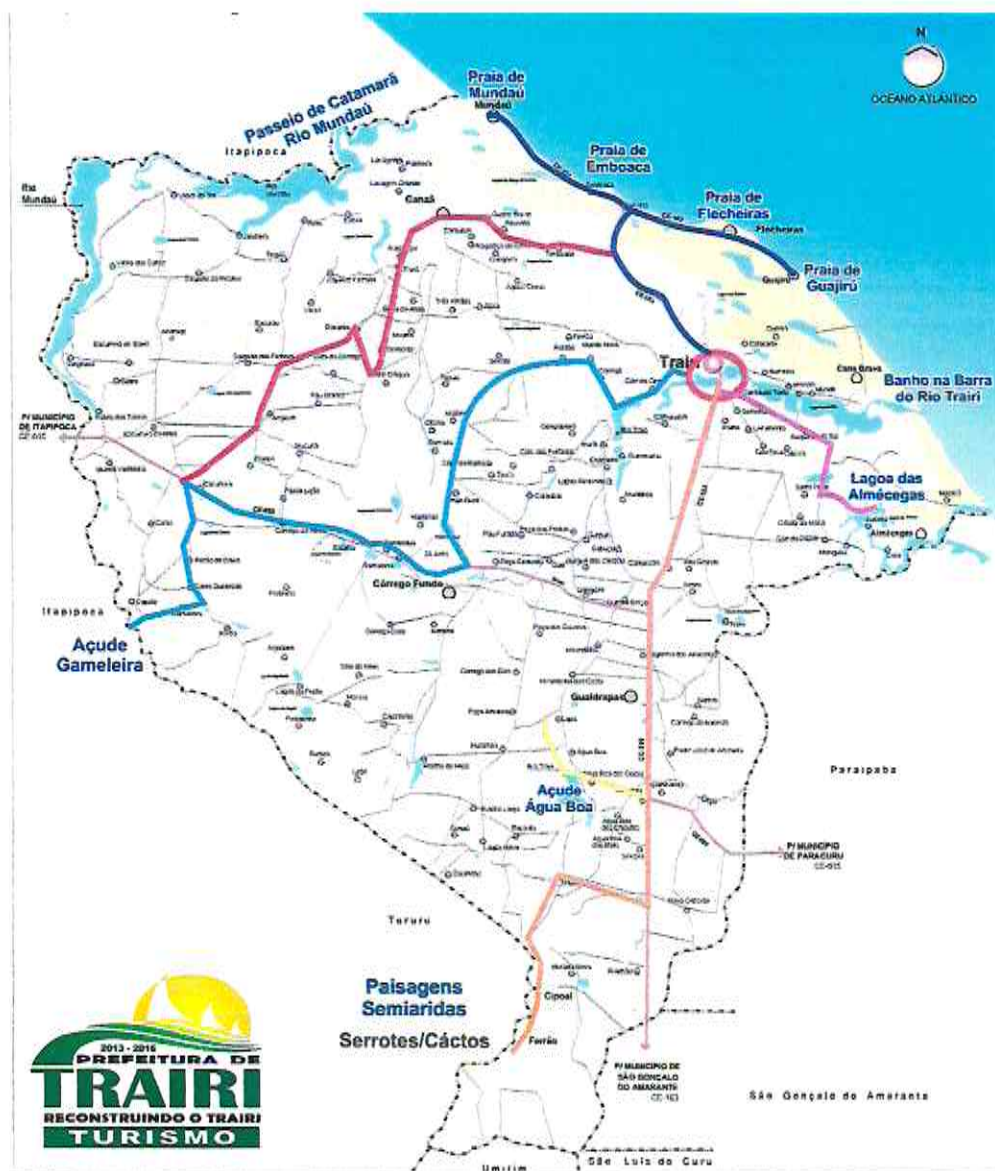
Códigos	Distritos	Ano de Criação
231350005	Trairi	1863
231350006	Córrego Fundo	1999
231350007	Canaã	1987
231350008	Flecheiras	1999
231350009	Gualdrapas	1999
231350010	Mundaú	1943

Tabela 5 – Fonte: IBGE/IPECE.

Regionalização

Região Administrativa	Macrorregião de Planejamento	Mesorregião	Microrregião
2	Litoral Oeste	Norte Cearense	Itapipoca

Tabela 6 – Fonte: IBGE/IPECE.



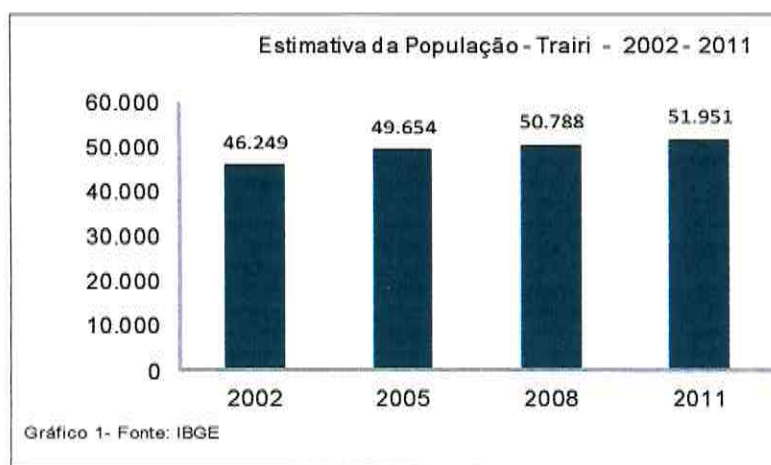
2 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

2.1 - DEMOGRAFIA

População Residente – 1991/2000/2010

Discriminação	População					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	36.344	100,00	44.527	100,00	51.422	
100,00						
Urbana	7.661	21,08	14.413	32,37	18.784	36,53
Rural	28.683	78,92	30.114	67,63	32.638	63,47
Homens	18.675	51,38	22.942	51,52	26.437	51,41
Mulheres	17.669	48,62	21.585	48,48	24.985	48,59

Tabela 7 – Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.



População Recenseada, por Sexo, Segundo os Grupos de Idade - 2000/2010

Grupos de idade	População Residente					
	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	44.527	51.422	22.942	26.437	21.585	24.985
0 – 4 anos	5.599	4.530	2.886	2.301	2.713	2.229
5 – 9 anos	5.890	4.746	2.981	2.490	2.909	2.256
10 – 14 anos	5.909	6.118	3.010	3.174	2.899	2.944
15 – 19 anos	5.334	5.796	2.849	2.987	2.485	2.809
20 – 24 anos	3.767	4.721	2.033	2.490	1.734	2.231
25 – 29 anos	2.968	4.325	1.577	2.255	1.391	2.070
30 – 34 anos	2.612	3.696	1.335	1.896	1.277	1.800
35 – 39 anos	2.330	3.128	1.189	1.649	1.141	1.479
40 – 44 anos	1.832	2.823	907	1.460	925	1.363
45 – 49 anos	1.610	2.443	810	1.261	800	1.182
50 – 59 anos	2.689	3.575	1.352	1.741	1.337	1.834
60 – 69 anos	2.094	2.735	1.013	1.400	1.081	1.335
70 anos ou mais	1.893	2.786	1.000	1.333	893	1.453

Tabela 8 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

Estima-se para o ano de 2013 uma população de aproximadamente 53.561 habitant

Assinatura

Indicadores Demográficos – 1991/2000/2010

Discriminação	Indicadores Demográficos		
	1991	2000	2010
Densidade demográfica (hab./km ²)	48,07	47,41	55,55
Taxa geométrica de crescimento anual (%) ⁽¹⁾			
Total	1,79	2,28	1,45
Urbana	7,49	7,27	2,68
Rural	0,74	0,54	0,81
Taxa de urbanização (%)	21,08	32,37	36,53
Razão de sexo	105,69	106,29	105,81
Participação nos grandes grupos populacionais (%)	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	44,86	39,07	29,94
15 a 64 anos	49,70	54,66	62,24
65 anos e mais	5,44	6,27	7,83
Razão de dependência ⁽²⁾	101,20	82,96	60,67

Tabela 9 – Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

(1) Taxas nos períodos 1980/91 e 1991/00 para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

(2) Quociente entre "população dependente", isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 15 e 64 anos.

2.2 - DOMÍLIOS

Domicílios Particulares Permanentes por Situação e Média de Moradores – 2010

Situação	Domicílios Particulares Permanentes		
	Quantidade	Média de	
		Muni	Estado
Total	13.388	3	3,56
Urbana	5.058	3	3,49
Rural	8.330	3	3,79

Tabela 10 – Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

2.3 - SAÚDE

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Prestador - 2011

Tipo de Prestador	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Quantidade	%
Total	20	100,00
Pública	20	100,00
Privada	-	-

Tabela 11 – Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por Tipo de Unidade - 2011

Tipo de Unidade	Unidades de Saúde Ligadas ao SUS	
	Município	Estado
Total (1)	20	3.532
Hospital geral	-	182
Hospital especializado	-	48
Posto de saúde	-	474
Clínica especializada/Ambulatório especialidades	1	401
Consultórios isolados	-	24
Unidade mista	1	46
Unidade móvel	-	19
Unidade de vigilância sanitária	-	107
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	13	1.576
Laboratório central de saúde pública	-	3
Centro de atenção psicossocial	1	111
Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	-	154
Farmácia isolada	-	30
Policlínica	-	39
Pronto socorro especializado	-	5

Tabela 12 – Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(1) Inclui (Hospital/Dia - Isolado, Centro de parto isolado, Centro de apoio a saúde da família, Centro de atenção hemoterápica/HEMOCE, Unidade de atenção a saúde indígena, Cooperativa e Secretaria de saúde).



Profissionais de Saúde, Ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) – 2011

Discriminação	Profissionais DE Saúde Ligados ao SUAS	
	Município	Estado
Total	168	56.741
Médicos	23	9.523
Dentistas	6	2.606
Enfermeiros	18	5.292
Outros profissionais de saúde/nível superior	16	5.177
Agentes comunitários de saúde	76	15.008
Outros profissionais de saúde/nível médio	29	19.135

Tabela 13 – Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

Crianças Acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde - 2011

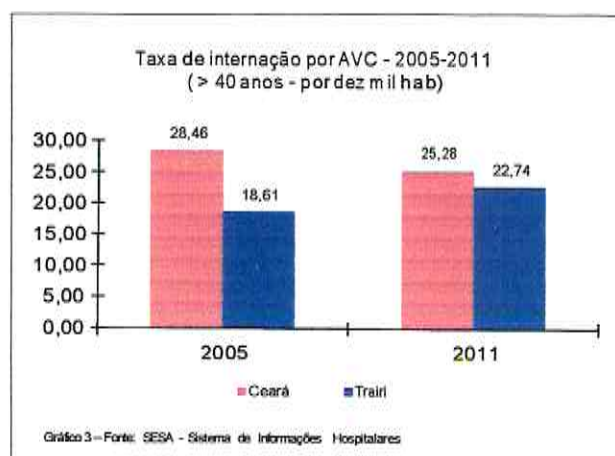
Discriminação	Crianças Acompanhadas pelo Programa	
	Município	Estado
Até 4 meses só mamando	67,50	70,90
De 0 a 11 meses com vacina em dia	96,70	95,40
De 0 a 11 meses subnutridas (1)	0,60	1,30
De 12 a 23 meses com vacina em dia	97,90	95,50
De 12 a 23 meses subnutridas (1)	2,30	2,90
Peso < 2,5 kg ao nascer	10,30	7,40

Tabela 14 – Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA). (1) Crianças com peso inferior a P₁₀.

Principais Indicadores de Saúde – 2011

Discriminação	Principais Indicadores de Saúde	
	Município	Estado
Médicos/1.000 hab.	0,44	1,12
Dentistas/1.000 hab.	0,12	0,31
Leitos/1.000 hab.	0,60	2,44
Unidades de saúde/1.000 hab.	0,38	0,41
Taxa de internação por AVC (40 anos ou mais)/10.000 hab.	22,74	25,28
Nascidos vivos	779	126.382
Óbitos	11	1.684
Taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos	14,12	13,32

Tabela 15 – Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).



Assinatura

Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória – 2011

Discriminação	Casos Confirmados das Doenças de Notificação Compulsória	
	Município	Estado
AIDS	3	731
Dengue	43	56.714
Febre tifoide	-	1
Hanseníase	7	2.016
Hepatite viral	-	384
Leishmaniose tegumentar	1	816
Leishmaniose Visceral	1	660
Leptospirose	-	123
Meningite	2	483
Raiva	-	-
Tétano acidental	-	28
Tuberculose	11	3.726

Tabela 16 – Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

2.4 - EDUCAÇÃO

Docentes e Matrícula Inicial - 2011

Dependência Administrativa	Docentes		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	658	108.890	15.830	2.420.396
Federal	-	867	-	7.792
Estadual	105	20.788	3.254	521.017
Municipal	506	66.065	12.051	1.474.392
Particular	47	24.367	525	417.195

Tabela 17 – Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Escolas com Equipamentos e Salas de Aula - 2011

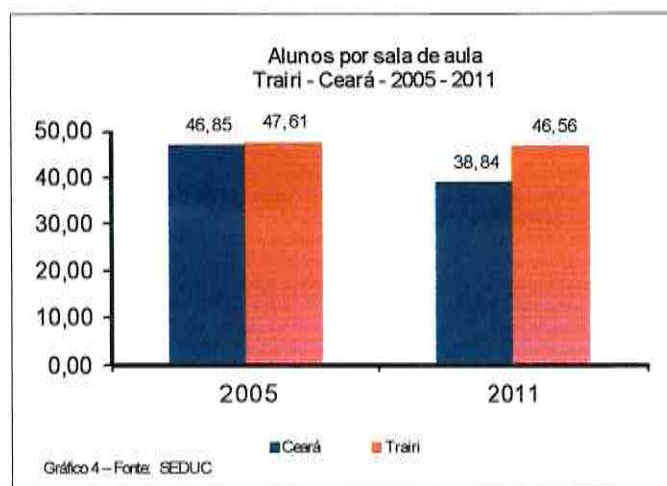
Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola	Nº	Equip./ escola
Total de escolas	-	-	4	-	46	-	3	-
Bibliotecas	-	-	4	1,00	12	0,26	2	0,67
Laboratório de informática	-	-	4	1,00	24	0,52	1	0,33
Salas de aula	-	-	36	-	277	-	27	-

Tabela 18 – Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Indicadores Educacionais no Ensino Fundamental e Médio – 2011

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	81,80	87,04	58,69	49,01
Aprovação	93,00	89,60	89,20	81,80
Reprovação	6,00	7,80	6,90	6,70
Abandono	1,00	2,60	3,90	11,50
Alunos por sala de aula	34,22	27,57	69,21	33,99

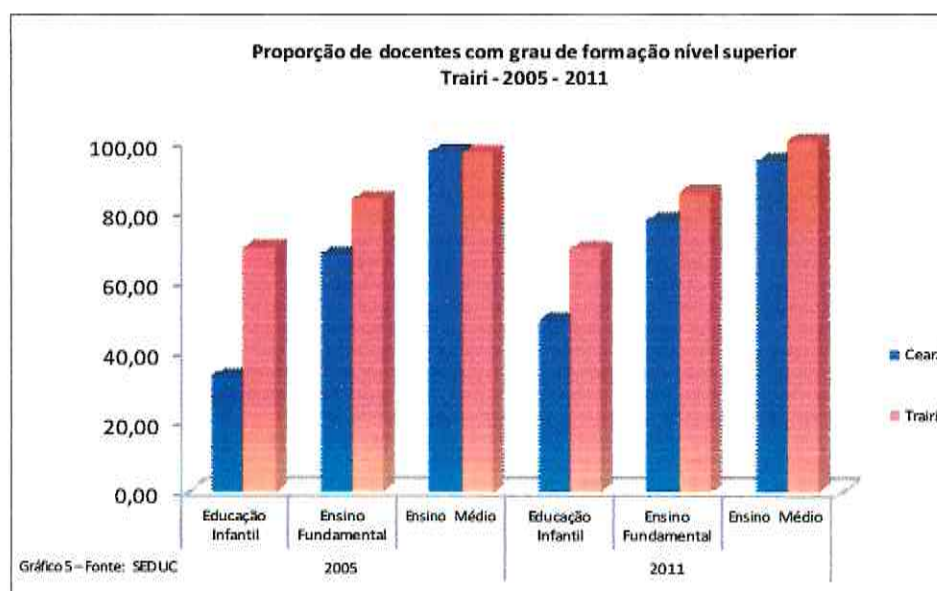
Tabela 19 – Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).



Taxa de Analfabetismo Funcional para Pessoas com 15 anos ou mais – 2000/2010

Discriminação	Município		Estado	
	2000	2010	2000	2010
População residente 15 anos ou mais	27.129	36.028	4.938.392	6.264.131
População alfabetizada 15 anos ou mais	17.772	27.519	3.627.614	5.087.493
Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais)	34,49	23,62	26,54	18,78

Tabela 20 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.



Assinatura

2.5 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO

Índices de Desenvolvimento

Índices	Valor	Posição no Ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2010	26,63	55
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2000	0,632	90
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-O) – 2009	0,306	177
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) – 2009	0,486	99

Tabela 21 – Fonte: IPECE/PNUD.

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00) - 2010

Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	18.360	35,70	1.502.924	17,78
Urbana	4.274	22,75	726.270	11,44
Rural	14.086	43,16	776.654	36,88

Tabela 22 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

2.6 – EMPREGO E RENDA

Número de Empregos Formais - 2011

Discriminação	Número de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	2.869	1.347	1.522	1.406.906	784.780	622.126
Extrativa Mineral	-	-	-	2.812	2.529	2.529
Indústria de Transformação	237	210	27	251.767	154.180	154.180
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	7.603	6.533	6.533
Construção Civil	13	13	-	84.994	79.770	79.770
Comércio	115	72	43	230.755	139.011	139.011
Serviços	188	117	71	401.345	229.453	229.453
Administração Pública	2.173	804	1.369	403.177	151.672	151.672
Agropecuária	143	131	12	24.453	21.632	21.632

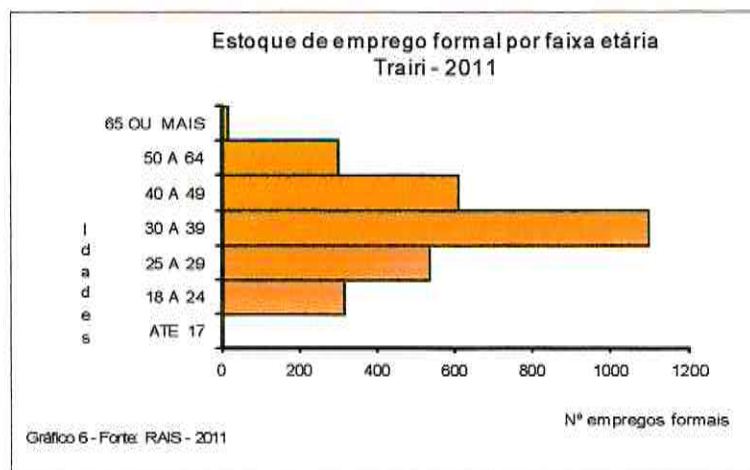
Tabela 23 – Fonte: RAIS/2011 – MTE.

Saldo de Empregos Formais - 2011

Discriminação	Saldo de Empregos Formais					
	Município			Estado		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Total das Atividades	372	303	69	489.918	443.892	46.026
Extrativa Mineral	-	-	-	1.382	992	390
Indústria de Transformação	132	103	29	97.663	97.481	182
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	1.937	1.758	179
Construção Civil	123	124	-1	82.465	77.361	5.104
Comércio	56	34	22	111.263	95.944	15.319
Serviços	39	24	15	178.632	154.834	23.798
Administração Pública	-	-	-	2.210	2.260	-50
Agropecuária	22	18	4	14.366	13.262	1.104

Tabela 24 – Fonte: CAGED-MTE.

Arbore



Renda Domiciliar per capita (Salário mínimo R\$ 510,00) - 2010

Discriminação	Município		Estado		(%) Município/Estado
	Nº	%	Nº	%	
Total		100,00	2.365.276	100,00	0
Até 1/4	5.433	40,65	515.628	21,80	1
Mais de 1/4 a 1/2	3.457	25,86	648.315	27,41	0
Mais de 1/2 a 1	2.873	21,49	659.736	27,89	0
Mais de 1 a 2	687	5,14	253.603	10,72	0
Mais de 2 a 3	140	1,05	69.758	2,95	0
Mais de 3	133	1,00	112.321	4,75	0
Sem rendimento	643	4,81	105.371	4,45	0

Tabela 25 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

3 - INFRAESTRUTURA

3.1 - SANEAMENTO

Abastecimento de Água - 2011

Discriminação	Abastecimento de água		
	Município	Estado	% Sobre o Total do Estado
Ligações reais	2.734	1.493.388	0,18
Ligações ativas	2.457	1.393.477	0,18
Volume produzido (m³)	453.427	368.534.122	0,12
Taxa de cobertura d'água urbana (%) (1)	43,78	91,57	-

Tabela 26 – Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SE INFRA. (1) Dados referente à 2010.

Esgotamento Sanitário - 2011

Discriminação	Esgotamento Sanitário		
	Município	Estado	% Sobre o Total do Estado
Ligações reais	491	473.318	0,10
Ligações ativas	429	451.013	0,10
Taxa de cobertura urbana de esgoto	13,43	28,87	

Tabela 27 – Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)/ SE INFRA. (1) Dados referente à 2010.

Assinatura

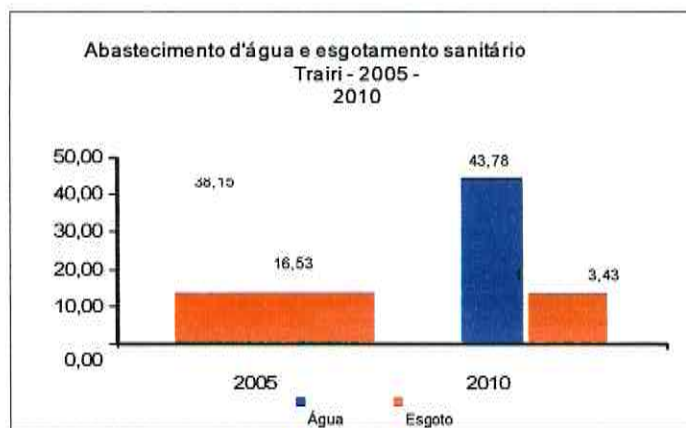


Gráfico 7 – Fonte: SEINFRA

Domicílios Particulares Permanentes Segundo as Formas de Abastecimento de Água - 2000/2010

Formas de Abastecimentos	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	486	100,00	13.366	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Ligada a rede geral	683	7,19	2.733	20,45	1.068.746	60,80	1.826.543	77,22
Poço ou nascente	6.210	65,40	7.424	55,54	360.737	20,52	221.161	9,35
Outra	2.603	27,41	3.209	24,01	328.405	18,68	317.565	13,43

Tabela 28 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.

Domicílios Particulares Permanente Segundo os Tipos de Esgotamento Sanitário - 2000/2010

Tipos de Esgotamentos Sanitários	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total (1)		100,00	13.366	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Rede geral ou pluvial	250	2,63	468	3,50	376.884	21,44	774.873	32,76
Fossa séptica	75	0,79	380	2,84	218.682	12,44	251.193	10,62
Outra	4.533	47,74	10.566	79,05	731.075	41,59	1.167.911	49,38
Não tinham banheiros	4.638	48,84	1.952	14,60	431.247	24,53	171.277	7,24

Tabela 29 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

3.2 - ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO

Consumo e Consumidores de Energia Elétrica - 2011

Classes de Consumo	Consumo (mwh)	Consumidores
Total	24.911	16.619
Residencial	11.496	11.560
Industrial	1.522	12
Comercial	1.788	544
Rural	6.388	4.189
Público	3.675	313
Próprio	41	1

Tabela 30 – Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE).

Domicílios Particulares Permanente Segundo Energia Elétrica e Lixo Coletado - 2000/2010

Discriminação	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	9.496	-	13.366	-	1.757.888	-	2.365.276	-
Com energia elétrica	6.411	67,51	12.877	96,34	1.568.648	89,23	2.340.224	98,94
Com lixo coletado	2.184	23,00	5.134	38,41	1.081.790	61,54	1.781.993	75,34

Tabela 31 – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos - 2000/2010.

Arduo

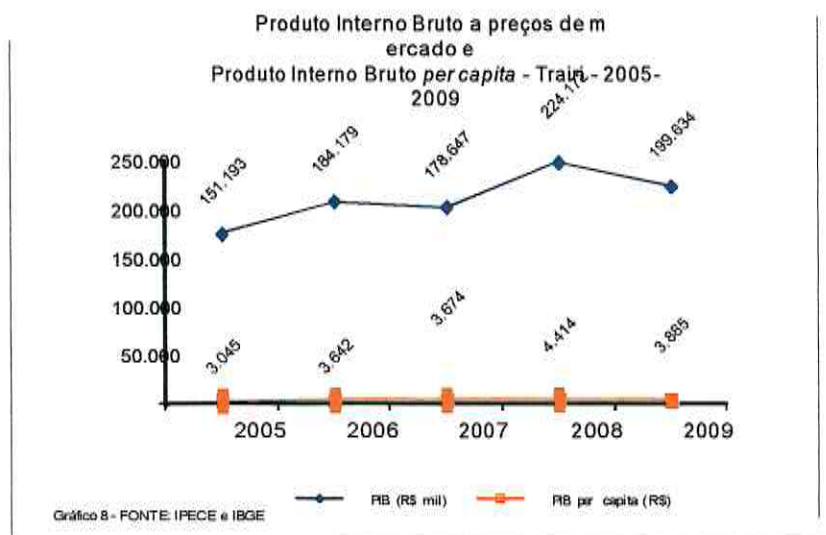
4 – ECONOMIA E FINANÇAS

4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

Produto Interno Bruto – 2009

D	Muni	Estado
PIB a preços de mercado (R\$)	199.634	65.703.761
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00) PIB	3.885	7.687
Indústria	22,94	24,51
Serviços	63,02	70,38

Tabela 32 – Fontes: IBGE/IPECE.



4.2 - FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Municipal – 2011

Discriminação	Receita	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita Total	63.414	100,00
Receitas correntes	60.291	95,08
Receita tributária	2.164	3,41
Receita de contribuições	-	-
Receita patrimonial	199	0,31
Receita de serviços	-	-
Transferências correntes	57.790	91,13
Outras receitas correntes	139	0,23
Receitas de capital	3.122	5,18

Tabela 33 – Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Despesa Municipal - 2011

Discriminação	Despesa Municipal	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Despesa Total
Total	65.225	100,00
Despesas correntes	56.798	87,08
Pessoal e encargos	30.994	47,52
Juros e encargos da dívida	47	0,07
Outras despesas	25.757	39,49
Despesas de capital	8.427	12,92
Investimentos	7.095	10,88
Inversões financeiras	-	-
Amortização da dívida	1.332	2,04

Tabela 34 – Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Assinatura

Receita Estadual Arrecadada - 2011

Discriminação	Receita Estadual Arrecadada	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita total	2.016	-
Receita tributária	2.016	100,00
Receita do ICMS	1.474	73,11

Tabela 35 – Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

Nota: Não foram considerados ajustes e anulações de receitas.

Receita da União Arrecadada - 2011

Discriminação	Receita da União Arrecadada	
	Valor Corrente (R\$ mil)	% Sobre a Receita Total
Receita total	2.094	-
Arrecadação IPI	0	0,00

Tabela 36 – Fonte: Secretaria Regional da Receita Federal. Nota: Arrecadação bruta sem retificações.

5. FORMAÇÃO DO PPA MUNICIPAL DO TRAIRI 2014 - 2017



Foto - 1



Foto - 2

A elaboração do Plano Plurianual 2014-2017 do Município do Trairi procurou estabelecer os objetivos estratégicos da gestão municipal elencando à implementação das políticas públicas produzidas e de interesse no desenvolvimento local integrado e sustentável do Povo, buscando e reunindo informações sobre a situação do município a partir da sua caracterização ambiental, socioeconômica e político-institucional. Apresenta convergência com os compromissos de campanha e, sobretudo, com os princípios e diretrizes preconizados nos instrumentos legais — PPA, LDO, LOA e LRF.



Foto - 3



Foto - 4

Podendo assim dizer que se pretende a concretização progressiva de tais princípios e diretrizes, através de intervenções e procedimentos, estabelecidos em objetivos que coincidem o enfrentamento dos problemas existentes no Município, procurando assim, para a melhoria da qualidade de vida e da dignidade humana dos munícipes de Trairi.

Informar que o processo de planejamento não se encerra na apresentação formal do referido Plano. E que não significa ser tão ou mais importante quanto declarar os problemas e definir estratégias de ação é implementar, o que se está propondo.



Foto - 5

Assinatura



Foto - 6



Foto - 7

O PPA não deve constituir-se apenas numa eventual formalidade. Portanto, a fiscalização e avaliação continuada das ações afim do Plano Plurianual possibilita a satisfação e aprimoramento da gestão pública, e em dê acordo, o melhor atendimento da população.

Espera-se que este consolidado termo de acompanhamento Gestor possa permitir aos interlocutores do PPA, gestores públicos, instituições e beneficiários em geral, refletir e avaliar a qualidade dos serviços e ações, o crescimento dos indicadores sociais, econômicos e institucionais, fazendo assim com que todos possam gerenciar de forma ordenada.



Foto - 8



Foto - 9

6. PASSOS REALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2014 – 2017

1. SENSIBILIZAÇÃO DO PREFEITO

Reunião com o Gestor para apresentar a programação;

Resumir os benefícios decorrentes da implementação do PPA.

Tabela - 37

2. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE

Reunião entre prefeito e secretários para alinhamento;

Constituição da equipe responsável pelo PPA e possíveis grupos de apoio.

Tabela - 38

Assinatura

3. DEFINIÇÃO DO CRONOGRAMA

Definir;
Etapas;
Prazos;
Responsáveis;
Aprovação por parte do prefeito.

Tabela - 39

4. DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA DO PPA

Elaborar proposta de estrutura;
Mensagem do prefeito;
Projeto de Lei;
Anexo;
Formalizar a aceitação na câmara;
Atentar para transparência;
O que — Quanto — Por quê?

Tabela - 40

5. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

Levantamento de dados e informações;
Identificação de problemas e potencialidades;
Bases de dados do governo estadual e federal;

Tabela - 41

6. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Oficinas com prefeito, secretários, assessores e técnicos;
A visão de futuro;
A estratégia de desenvolvimento;
Os macros desafios.

Tabela - 42

7. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Oficinas multissetoriais por macro desafio;
Identificar problemas, efeitos e causas (árvore de problemas);
Não utilizar mais de 5 problemas por macro desafio.

Tabela - 43

8. ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Oficinas multissetoriais para resolver cada um dos problemas;
Identificar possibilidade de atendimento estadual ou federal;
Pode-se utilizar o PPA anterior para avaliar impactos, relevância e possivelmente incluí-lo.

Tabela - 44

9. ESTIMATIVA DA RECEITA

Contraparte das metas e ações;
Condições constitucionais;
25% para educação;
15% para saúde;
6% para Legislativo e 54% Executivo;
Efeito;
PIB;
Inflação;
Legislação.

Tabela - 45

10. ÍNDICE E METAS

Quantificar os programas;
Estabelecer;
Limites orçamentários por secretaria e por programas;
Metas;
Índices para indicadores
Priorizar projetos em andamento;
Não pulverizar recursos;
Verificar consistência de dados;

Tabela - 46

11. VALIDAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise de consistência e viabilidade;
Provas de verificação do Plano;

Tabela - 47

12. ELABORAÇÃO DO PL E MENSAGEM

Mensagem do Prefeito = instrumento político;
Encaminhar a câmara Texto do Projeto de Lei = contextualização, depende do 4º passo;
Anexos do PL = Programas e componentes;

Tabela - 48

7. FATORES PROPULSORES E RESTRITIVOS DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Identifica os elementos que impulsionam e que dificultam o desenvolvimento municipal do Trairi, segundo a visão dos gestores públicos municipais. Esse exercício é importante para identificar quais as políticas públicas a serem implementadas, a partir da análise das informações e da real situação do município.

FATORES QUE DIFICULTAM	FATORES PROPULSORES
Falta de qualificação profissional	Vocação para o Turismo ecológico;
Infraestrutura deficiente;	Cajucultura, mandiocultura e apicultura;
Falta de estrutura para a agricultura familiar;	Lagoas, belezas naturais;
Repasse insuficiente de recursos financeiros;	Potencial dos jovens;
Falta captação de recursos para investimento interno;	Pesca.
Herança da gestão passada (dívidas);	
Incentivo à implantação e instalação de novos empreendimentos	
Ausência de incentivo dos governos federal e estadual;	
Hospital desaparelhado;	
Ausência de espaços para crianças, jovens e adultos (campo de futebol, ginásio);	
Falta de aterro Sanitário;	
Postos de saúde insuficientes;	
Falta política para a juventude;	
Estradas de acesso às comunidades rurais;	
Descontinuidade de políticas públicas;	
Sucateamento dos equipamentos públicos;	
NA ÁREA DO TURISMO E DA CULTURA	
Ausência de profissionais capacitados para desenvolver as ações;	Turismo ecológico
Poucas ações nas duas áreas;	Turismo e cultura
Dificuldade na captação de recursos.	
NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Precariedade da infraestrutura: estradas, saneamento, água, luz, telefone e segurança;	Incentivo dos Gestores e dos Assessores
Falta do Aterro Sanitário;	
As chuvas nesse ano.	
NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	
Falta formação de professores nas áreas específicas;	Gestão compartilhada;
Manter uma política de valorização profissional;	Compromisso com a educação.
Necessidade de ampliar, manter e construir escolas:	
Sucateamento do transporte escolar;	
Precariedade do acesso às escolas;	
NA ÁREA DA AGRICULTURA	
Burocracia nas instituições do Estado e da União;	Potencial do caju;
Falta de infraestrutura e investimento;	Integração entre as secretarias e o executivo;
Não aproveitamento da potencialidade agrícola do município;	Planejamento conjunto entre agricultores e a gestão da secretaria de agricultura.

Desperdício do pedúnculo do caju;	
Falta de planejamento.	
NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA	
Repasse de recursos financeiros insuficientes para atender a demanda;	
Ausência de intersetorialidade entre os órgãos municipais.	
NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO	
Falta parceria entre as esferas federal, estadual e municipal;	
Capacitação do servidor público;	
Modernização da gestão.	

Tabela - 49

Baseado no cenário municipal e regional, haja vista os altos investimentos no Complexo Portuário do Pecém e seus possíveis reflexos nos municípios vizinhos e a natural vocação de Trairi, aliado aos investimentos locais, provenientes das empresas e as atividades imobiliárias, a geração de energia patrocinada pelos nossos ventos e o nosso sol, estima-se que nos próximos quatro anos, o município será beneficiado com o crescimento exponencial de seus orçamentos anuais, garantindo o quadro orçamentário abaixo apresentado:

ANO BASE	ESTIMATIVA DE RECEITA
2014	R\$ 84.456.000,00
2015	R\$ 91.212.480,00
2016	R\$ 98.509.478,40
2017	R\$ 106.390.236,67
Total	R\$ 380.568.195,07

Tabela - 50

Refletindo sobre os fatores propulsores e aqueles que dificultam o desenvolvimento de Trairi, verifica-se que alguns desafios deverão ser enfrentados pela atual gestão, quais sejam:

- Tornar o município uma cidade turística ativa;
- Criar infraestrutura no município capaz de atrair empreendimentos geradores de renda e desenvolvimento;
- Realizar inclusão produtiva dos beneficiários do Programa Bolsa Família para que alcancem atividade que substitua a Bolsa;
- Qualificar os jovens e dar uma iniciativa mais empreendedora na formação;
- Preparar os nossos jovens para a atividade do turismo;
- Propor cidadãos conscientes e capazes de transformar o meio social;
- Trabalhar em conjunto ajudando a família, a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social, reduzindo os desequilíbrios sociais;
- Investir na qualificação dos professores e melhorar a infraestrutura das escolas;
- Gerar emprego e renda;
- Incentivar a agricultura familiar;
- Criar cooperativa de catadores de lixo com vistas a gerar renda e evitar a degradação ambiental.

8. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	ORÇADO			
	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes				
Total de Receitas Tributárias	4.973.400,00	5.371.272,00	5.800.973,76	6.265.051,66
Receitas de Contribuições	129.600,00	139.968,00	151.165,44	163.258,68
Receita Patrimonial	245.160,00	264.772,80	285.954,62	308.830,99
Transferências Correntes	27.988.200,00	30.227.256,00	32.645.436,48	35.257.071,40
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	25.920.000,00	27.993.600,00	30.233.088,00	32.651.735,04
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade	27.000,00	29.160,00	31.492,80	34.012,22
Cota-Parte Royalties- Compen. Financ. pela Propriedade	1.728.000,00	1.866.240,00	2.015.539,20	2.176.782,34
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	313.200,00	338.256,00	365.316,48	394.541,80
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	1.026.000,00	1.108.080,00	1.196.726,40	1.292.464,51
Saúde da Família	918.000,00	991.440,00	1.070.755,20	1.156.415,62
Agentes Comunitários de Saúde	756.000,00	816.480,00	881.798,40	952.342,27
Saúde Bucal	162.000,00	174.960,00	188.956,80	204.073,34
Compensação de Especificidades Regionais	324.000,00	349.920,00	377.913,60	408.146,69
Transf. NASF - Núcleos de Apoio a Saúde da	270.000,00	291.600,00	314.928,00	340.122,24
Teto MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1.944.000,00	2.099.520,00	2.267.481,60	2.448.880,13
CEO - Centro Espec. Odontológica	97.200,00	104.976,00	113.374,08	122.444,01
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	16.200,00	17.496,00	18.895,68	20.407,33
Vigilância Epidemiológica e Ambiental	54.000,00	58.320,00	62.985,60	68.024,45
Vigilância Sanitária	54.000,00	58.320,00	62.985,60	68.024,45
Transferência Vigilância e Promoção a Saúde	216.000,00	233.280,00	251.942,40	272.097,79
Transferência Farmácia Popular do Brasil	16.200,00	17.496,00	18.895,68	20.407,33
Qualificação da Gestão do SUS	10.800,00	11.664,00	12.597,12	13.604,89
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo	108.000,00	116.640,00	125.971,20	136.048,90
Transferências para Saúde	5.972.400,00	6.450.192,00	6.966.207,36	7.523.503,95
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho	162.000,00	174.960,00	188.956,80	204.073,34
Projovem - Programa Nacional de Inclusão da Juventude	291.600,00	314.928,00	340.122,24	367.332,02
PAIF - Proteção Atendimento Integral a Família	32.400,00	34.992,00	37.791,36	40.814,67
Índice de Gestão Descentralizada	162.000,00	174.960,00	188.956,80	204.073,34
API - Programa de Atenção a Pessoa Idosa	5.400,00	5.832,00	6.298,56	6.802,44
CRAS - Centro de Referência de Assistência	194.400,00	209.952,00	226.748,16	244.888,01
CREAS - Centro de Referência Especializado	129.600,00	139.968,00	151.165,44	163.258,68
Benefícios Eventuais	10.800,00	11.664,00	12.597,12	13.604,89
Outras Transferências do FNAS	64.800,00	69.984,00	75.582,72	81.629,34
Transferências para Assistência Social	1.053.000,00	1.137.240,00	1.228.219,20	1.326.476,74
Transferências do Salário-Educação	1.296.000,00	1.399.680,00	1.511.654,40	1.632.586,75
Transferências Diretas do FNDE	10.800,00	11.664,00	12.597,12	13.604,89
Transferências Diretas do FNDE	745.200,00	804.816,00	869.201,28	938.737,38
Tran. Dir. FNDE Ref. ao Progr. Nacional de Apoio	799.200,00	863.136,00	932.186,88	1.006.761,83
Transferência do FNDE - PNAE Creche	129.600,00	139.968,00	151.165,44	163.258,68
Transferência do FNDE - PNAE Pré-Escola	129.600,00	139.968,00	151.165,44	163.258,68
Transferência do FNDE - PNAE EJA	54.000,00	58.320,00	62.985,60	68.024,45
Transferência do FNDE - PNATE Ensino Infantil	86.400,00	93.312,00	100.776,96	108.839,12
Transferência do FNDE - PNATE Ensino Médio	410.400,00	443.232,00	478.690,56	516.985,80
Brasil Alfabetizado	54.000,00	58.320,00	62.985,60	68.024,45
Transferência do FNDE	10.800,00	11.664,00	12.597,12	13.604,89
Outras Transferências do FNDE	108.000,00	116.640,00	125.971,20	136.048,90
Transferências para Educação	3.834.000,00	4.140.720,00	4.471.977,60	4.829.735,81
Transferências Financeiras do ICMS - Desonerada União	16.200,00	17.496,00	18.895,68	20.407,33
Cota-Parte do ICMS	3.672.000,00	3.965.760,00	4.283.020,80	4.625.662,46

Arbore

Cota-parte do IPVA	594.000,00	641.520,00	692.841,60	748.268,93
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	21.600,00	23.328,00	25.194,24	27.209,78
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção	169.560,00	183.124,80	197.774,78	213.596,77
Transferência – FEX	4.752,00	5.132,16	5.542,73	5.986,15
Transf.Recur.do Fundo de Man. Desenv. da Educação	22.464.000,00	24.261.120,00	26.202.009,60	28.298.170,37
Transferência de Recursos da Complementação	9.180.000,00	9.914.400,00	10.707.552,00	11.564.156,16
Transferências de Convênios da União p/ o	648.000,00	699.840,00	755.827,20	816.293,38
Transferência de Convênios da União	648.000,00	699.840,00	755.827,20	816.293,38
Outras Transferências de Convênios da União	540.000,00	583.200,00	629.856,00	680.244,48
Transferência de Convênios Estados p/O Sistema	540.000,00	583.200,00	629.856,00	680.244,48
Transf.de Convênio dos Estados Destinadas	486.000,00	524.880,00	566.870,40	612.220,03
Outras Transferências de Convênio dos Estados	453.600,00	489.888,00	529.079,04	571.405,36
TOTAL DE Outras Receitas	144.288,00	155.831,04	168.297,52	181.761,33
TOTAL DE Receitas de Deduções da Receita	6.728.400,00	7.266.672,00	7.848.005,76	8.475.846,22
TOTAL DE Deduções - FUNDEB	- 6.050.160,00	- 6.534.172,80	- 7.056.906,62	- 7.621.459,15
TOTAL ORÇAMENTÁRIO...	84.456.000,00	91.212.480,00	98.509.478,40	106.390.236,67

Tabela - 51

9. AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS DO PPA

A priorização de ações setoriais foi subsidiada pelas discussões e análise da realidade do Município à luz dos indicadores regionais e das demandas (propostas de ações) consolidadas nas temáticas distribuídas aos participantes por ocasião de cada oficina. Dentro dessa perspectiva, os participantes elegeram, em grupos de trabalho temáticos, as 10 ações prioritárias, por meio de formação de tabelas e prazos:

MACRO-TEMAS:

1. LEGISLATIVO;
2. SAÚDE;
3. EDUCAÇÃO;
4. INFRAESTRUTURA;
5. ASSISTÊNCIA SOCIAL;
6. ESPORTE, LAZER, ARTE, CULTURA E JUVENTUDE;
7. GESTÃO;
8. TURISMO E MEIO AMBIENTE;
9. AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS.

MACRO TEMA	2014	2015	2016	2017	TOTAL QUADRIANUAL
LEGISLATIVO	2.466.000,00	2.663.280,00	2.876.342,40	3.106.449,79	11.112.072,19
SAÚDE	9.633.600,00	10.404.288,00	11.236.631,04	12.135.561,52	43.410.080,56
EDUCAÇÃO	35.144.280,00	37.955.822,40	40.992.288,19	44.271.671,25	158.364.061,84
INFRAESTRUTURA	9.973.800,00	10.771.704,00	11.633.440,32	12.564.115,55	44.943.059,87
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.722.760,00	4.020.580,80	4.342.227,26	4.689.605,45	16.775.173,51
ESPORTE, LAZER, ARTE, CULTURA E JUVENTUDE	2.899.951,20	3.131.947,30	3.382.503,08	3.653.103,33	13.067.504,91
GESTÃO	2.542.212,00	2.745.588,96	2.965.236,08	3.202.454,96	11.455.492
TURISMO E MEIO AMBIENTE	3.679.020,00	3.973.341,60	4.291.208,93	4.634.505,64	16.578.076,17
AGRICULTURA, PESCA E RECURSOS HÍDRICOS	2.595.960,00	2.803.636,80	3.027.927,74	3.270.161,96	11.697.686,5
TOTAL GERAL	72.659.597,2	78.472.204,86	84.749.821,04	91.529.646,45	327.403.207,55

Tabela - 52

Arline

1. MACRO-TEMA: LEGISLATIVO					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Reforma e ampliação da Câmara Municipal	X			
2.	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	X	X	X	X
3.	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	X	X	X	X
4.	Obras e instalações	X	X	X	X
5.	Aquisição de Imóveis	X			
6.	Gerenciamento Administrativo do Poder Legislativo Municipal	X	X	X	X
7.	Contratação por tempo determinado	X	X	X	X
8.	Vencimentos e vantagens fixas – Pessoa Civil	X	X	X	X
9.	Obrigações Patronais	X	X	X	X
10.	Outras despesas variáveis – Pessoa Civil	X	X	X	X
11.	Despesas de Exercícios Anteriores	X	X	X	X
12.	Contribuições	X	X	X	X
13.	Diárias – Pessoal Civil	X	X	X	X
14.	Material de Consumo	X	X	X	X
15.	Passagens e Despesas com Locomoção	X	X	X	X
16.	Serviços de Consultoria	X	X	X	X
17.	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	X	X	X	X
18.	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	X	X	X	X
19.	Obrigações Tributárias e Contributivas	X	X	X	X
20.	Despesas de Exercício Anteriores	X	X	X	X
21.	Equipamento e Material Permanente	X	X	X	X

Tabela - 53

2. MACRO-TEMA: SAÚDE					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Ampliação e reforma dos PSFs	X	X		
2.	Implantação unidades básicas de saúdes	X	X	X	X
3.	Reestruturação da CAF	X			
4.	Aquisição de carros para os PSFs	X	X	X	X
5.	Informatização das unidades básicas de saúdes	X	X	X	X
6.	Construção da academia de saúde	X	X		
7.	Implantação do centro de especialidades odontológicas		X	X	
8.	Implantação de equipes do NASF	X	X	X	X
9.	Construção do Hospital MUNICIPAL			X	X
10.	Reestruturar e equipar o laboratório de análises clínicas	X	X		
11.	Contratação de médicos	X	X	X	X
12.	Aquisição de um carro funerário	X			
13.	Aquisição de uma ambulância tipo furgão	X	X		
14.	Aquisição de Incinerador	X	X		
15.	Construção de um CAPS	X	X		
16.	Conclusão montagem dos equipamentos do matadouro	X			
17.	Estruturar e equipar o Núcleo de zoonoses	X	X	X	X
18.	Construir o Aterro sanitário			X	X
19.	Construção da secretaria de saúde (sede própria)			X	X

Arborea

20.	Construção do núcleo de endemias	X	X		
21.	Capacitar todos os servidores da área da saúde	X	X	X	X
22.	Aquisição de medicamentos	X	X	X	X

Tabela - 54

3. MACRO-TEMA: EDUCAÇÃO					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Construção de Escolas de Educação Infantil		X	X	
2.	Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	X			
3.	Manutenção das atividades de FUNDEB 40%	X			
4.	Capacitação dos profissionais da educação em gestão de sala de aula e práticas inovadoras na educação	X	X	X	X
5.	Manutenção das atividades da Educação Infantil				
6.	Construção de Centro de Educação Infantil-CEI, na Sede do Município	X			
7.	Ampliação de centro de Educação Infantil-CEI, na localidade de Canaã	X			
8.	Ampliação de centro de Educação Infantil-CEI, na localidade de flecheiras.	X			
9.	Construção de Centro de Educação Infantil-CEI, na localidade de Padre Anchieta.	X			
10.	Construção de Centro de Educação Infantil-CEI, na localidade de Mundaú.	X			
11.	Capacitação de profissionais para trabalhar com deficientes e nas salas multifuncionais	X	X	X	X
12.	Manutenção das atividades do ensino fundamental	X	X	X	X
13.	Construção de uma biblioteca escolar na escola da Sede.	X			
14.	Construção de uma biblioteca escolar na escola na localidade de Flecheiras		X		
15.	Construção de uma biblioteca escolar na escola na localidade de Gualdrapas		X		
16.	Construção de uma biblioteca escolar na escola na localidade de Córrego Fundo		X		
17.	Construção de uma biblioteca escolar na escola na localidade de Canaã		X		
18.	Construção de uma biblioteca escolar na escola na localidade de Munguba		X		
19.	Equipar e dar manutenção aos laboratórios de informática educacionais das escolas.	X	X	X	X
20.	Construção de uma escola de ensino fundamental na localidade de Tijipió.			X	
21.	Construir e equipar um Centro de Educação Especial	X			
22.	Manutenção do transporte escolar municipal	X	X	X	X
23.	Acondicionamento e distribuição da merenda escolar	X	X	X	X
24.	Transporte da merenda escolar para as escolas da Rede Municipal de Ensino.	X	X	X	X
25.	Construção de Bibliotecas Escolares nas Escolas Distritais.		X	X	
26.	Construção de Escola de Artes (escola de tempo integral);		X	X	
27.	Construção de um centro de atendimentos á alunos com necessidades especiais;		X	X	
28.	Construção de Laboratórios de Ciências;		X	X	

Assinatura

7. MACRO-TEMA: GESTÃO E PLANEJAMENTO					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Capacitação dos funcionários públicos	X	X	X	X
2.	Promover a Intersetorialidade entre as Secretarias Municipais	X	X	X	X
3.	Criar o Plano de aproveitamento e valorização dos profissionais do próprio município;	X	X	X	X
4.	Criação da Secretaria de Empreendedorismo e comércio			X	X
5.	Criação da Secretaria de Pesca e Aquicultura	X	X		
6.	Criação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos			X	X
7.	Criação do Fundo municipal de agricultura	X	X	X	X
8.	Criação do Fundo municipal do Turismo	X	X	X	X
9.	Promover a organização do trânsito municipal	X	X	X	X
10.	Manutenção e aquisição de equipamentos para o CMDS	X	X	X	X
11.	Criação e Implantação do Plano de Cargos e Carreira	X	X	X	X

Tabela - 59

8. MACRO-TEMA: TURISMO E MEIO AMBIENTE					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Revitalização do CONDEMA	X	X	X	X
2.	Concluir e implantar o plano de resíduos sólidos	X	X	X	X
3.	Implantar o Plano de saneamento básico	X	X	X	X
4.	Criação de unidade de conservação dos principais ecossistemas do município e fomentar a já existente (APA do estuário do Rio Mundaú)	X	X	X	X
5.	Fomentar e Potencializar o turismo no município nosso município	X	X	X	X
6.	Promover ações de conservação e preservação do meio ambiente	X	X	X	X
7.	Capacitação dos catadores de material reciclável, vigilantes da água		X	X	X
8.	Promover Campanhas ambientais nas escolas e comunidades	X	X	X	X
9.	Promover Caravanas ambientais	X	X	X	X
10.	Inventariar a fauna e da flora do município	X	X	X	X
11.	Incentivar e valorizar o Ecoturismo de base comunitário	X	X	X	X
12.	Organizar e Executar o calendário turístico do município	X	X	X	X
13.	Qualificar a mão-de-obra na área turística.	X	X	X	X
14.	Criação de um banco de dados turístico da mão-de-obra qualificada e demandas existentes	X	X	X	X
15.	Criação de um museu municipal			X	X
16.	Recuperação e reforma de alguns pontos turísticos do município	X	X	X	X
17.	Criação do Centro de Triagem de Material Reciclado	X	X	X	X
18.	Recuperação e limpeza do Rio Trairi	X	X	X	X

Tabela - 60

Assinatura

24.	Implantação do serviço de vigilância sócio assistencial na Gestão do SUAS	X	X	X	X
25.	Promover e implementar formas de incentivo a capacitação dos trabalhadores do SUAS a nível de Pós Graduação	X	X	X	X
26.	Promover junto aos profissionais da Saúde maior divulgação dos benefícios eventuais, o que são e como acessá-los.	X	X	X	X
27.	Promover maior participação das instâncias de controle social no tocante a elaboração do orçamento municipal para assistência social	X	X	X	X
28.	Realização do diagnóstico municipal com todos os programas e serviços ofertados a população e a demandas não atendidas	X	X		
29.	Realizar diagnóstico dos serviços de alta complexidade demandados pelos usuários da política de assistência social no município.	X			
30.	Realizar mapeamento sobre os casos de violação de direitos e quais os principais territórios de ocorrência.	X			
31.	Realizar um mapeamento no município sobre a situação do trabalho infantil, envolvendo crianças e adolescentes	X			
32.	Criar o Banco de Informações sociais-demográficas de Trairi.	X	X		

Tabela - 57

6. MACRO-TEMA: ESPORTE, LAZER, ARTE, CULTURA E JUVENTUDE					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Apoiar às escolinhas de base (handebol, futsal, vôlei e atletismo).	X	X	X	X
2.	Apoiar a realização de jogos escolares.	X	X	X	X
3.	Aquisição de material esportivos	X	X	X	X
4.	Apoiar os eventos culturais e esportivos municipais	X	X	X	X
5.	Realizar campeonatos regionais nas modalidades de futebol, futsal, voleibol, atletismo e handebol, para crianças, jovens, adultos e masters.	X	X	X	X
6.	Construção de ginásio poliesportivo com medidas oficiais e palco.		X	X	
7.	Apoiar projetos desportivos em praças para a terceira idade.	X	X	X	X
8.	Construção de uma Secretaria de Esporte e juventude			X	X
9.	Recuperação e manutenção de equipamentos e estrutura física esportivas na sede, distritos e localidades.	X	X	X	X
10.	Criação e implementação da bolsa atleta municipal	X	X	X	X
11.	Curso de capacitação para profissionais da área do esporte (monitores, árbitros, profissionais da educação física).	X	X	X	X
12.	Construção da pista de atletismo.			X	X
13.	Construção de Centro de Recuperação Física Municipal.			X	X
14.	Construção de espaços físicos para esportes radicais na sede e distritos.			X	X
15.	Reestruturar e equipar a Banda de Música Municipal	X	X		

Tabela - 58

Arquivo

19.	Alargar a avenida na entrada da cidade		X	X	X
20.	Recuperar o Polo de Lazer do Carrapicho		X	X	
21.	Construção do calçadão do Guagirú		X	X	
22.	Reformar o polo de lazer do Mundaú		X	X	
23.	Construção de calçadão na Emboaca		X	X	

Tabela - 56

5. MACRO-TEMA: ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Promover seminários de divulgação sobre o BPC, o Programa BPC na escola e BPC Trabalho.	X	X	X	X
2.	Acrescer de 7% para 10% os FMAS		X		
3.	Construir uma sede para os conselhos setoriais ligados a secretaria do trabalho e ação social		X		
4.	Apoio a entidades sócio assistenciais do município através de convênios	X	X	X	X
5.	Aumentar a oferta de capacitação profissional para as famílias do PAIF	X	X	X	X
6.	Aumentar o acompanhamento familiar pelo PAIF	X	X	X	X
7.	Aumento em 50% do valor cofinanciado pelo Estado para os benefícios eventuais no município.		X	X	X
8.	Aumento no valor do cofinanciamento federal repassado ao município para trabalhar a Proteção Social Básica e Especial.		X	X	X
9.	Construção de um centro de convivência do idoso e aquisição de equipamentos.		X	X	X
10.	Construção ou aquisição de uma sede própria para CRAS e CREAS e aquisição de equipamentos.		X	X	X
11.	Construir uma sede própria para o Cadastro Único			X	
12.	Criação de abrigo para tratamento de usuários de drogas		X		
13.	Criação de abrigo provisório para crianças e adolescentes		X		
14.	Criação de um abrigo para atender mulheres vítimas de violência.		X		
15.	Criação de um banco de dados na Gestão sobre os beneficiários do BPC a fim de encaminhá-los para a qualificação profissional.	X			
16.	Criação de uma Política Municipal de Capacitação permanente para os trabalhadores do SUAS.	X	X	X	X
17.	Criar o Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência.	X			
18.	Definir legalmente os repasses de até 0,5% para o Fundo da Infância e da Adolescência e o Fundo Municipal do Idoso.	X			
19.	Dotar de acessibilidade os prédios e equipamentos públicos do município de acordo com as normas da ABNT		X		
20.	Efetivação e capacitação permanente para a equipe de referencia de vigilância sócio assistencial.		X		
21.	Efetivar as equipes de referencia dos CRAS'S e CREAS no município.		X		
22.	Encaminhar para cadastramento no CADUNICO as famílias beneficiárias do BPC e realizar acompanhamento pelo PAIF	X	X	X	X
23.	Equipar com veículo próprio cada CRAS e CREAS	X	X	X	X

9. MACRO-TEMA: AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS					
Item	NOME DA AÇÃO:	2014	2015	2016	2017
1.	Aquisição de trator e implementos		X	X	
2.	Campanha de Vacinação contra febre aftosa	X	X	X	X
3.	Transporte de sementes (feijão e milho)	X	X	X	X
4.	Cadastramento dos agricultores	X	X	X	X
5.	Fazer os projetos de aquisição de alimentos	X	X	X	X
6.	Projetos de Cisterna calçadão	X	X		
7.	Apoiar a Construção de abastecimento de água comunitário	X	X	X	X
8.	Apoiar A Construção da Adutora Gamileira - Trairi	X	X	X	X
9.	Apoiar Construção de agroindústrias para as comunidades	X	X	X	X
10.	Curso de capacitação dos agricultores familiar	X	X	X	X
11.	Doação de Ferramentas para o trabalhador	X	X		
12.	Realizar a Gradagem de terra dos agricultores familiar	X	X	X	X
13.	Revitalização da cajucultura e coco	X	X	X	X
14.	Distribuição de mudas frutífera	X	X	X	X
15.	Promover o Fortalecimento da fruticultura	X	X	X	X
16.	Feira da Agricultura familiar Semanal	X	X	X	X
17.	Apoiar os Projetos Mandala	X	X	X	X
18.	Realizar o Peixamento dos rios, lagoas e açudes	X	X	X	X
19.	Apoiar os Projetos de piscicultura em cativeiro (Tilápia, outros)	X	X	X	X
20.	Recuperação, renovação e modernização das embarcações de pesca artesanal e aquisição de outras.	X	X	X	X
21.	Apoiar o Projeto de porto de pesca – legalização	X	X	X	X
22.	Apoiar o Projeto de estaleiro de barco de pesca			X	X
23.	Apoio ao Projeto Pacto da Produção	X	X	X	X
24.	Criação do Fundo de Aval municipal de apoio aos setores produtivos	X	X	X	X
25.	Criar o Banco de Dados da produção municipal	X	X	X	X
26.	Construção do Centro de comercialização da Agrícola	X	X	X	X
27.	Realização da EXPO TRAIRI	X	X	X	X
28.	Programa de Melhoramento Genético dos Rebanhos Bovino, Ovino e Caprino	X	X	X	X

Assinatura

29	Programa de Produção, Beneficiamento e Armazenamento de Forragens para Alimentação dos Rebanhos Bovino, Ovino e Caprino nos períodos de estiagem	X	X	X	X
30	Programa Mulher Empreendedora Rural	X	X	X	X
31	Programa Jovem Empreendedor Rural	X	X	X	X
32	Programa Artesanato Trairi	X	X	X	X
33	Programa Conservação e Cultivo de Solo	X	X	X	X

Tabela - 61

Arlene

CREDENCIAMENTO ELABORAÇÃO DO PPA TRAIRI 2013
15/08/2013

Nº	NOME	ENTIDADE	FONE	EMAIL
1.	Gilmarcio Setteola.	Saúde		Gilmarcio 1º e 6º em C. - Oxa.
2.	João do Nascimento.	Ass. Social	9814.15.06.	
3.	João Spendi Brito Bezerra	Saúde	9678.67.00	joaospendi@gmail.com
4.	Manoel José dos Santos	Ass. Social	9903.95.21	
5.	Marcelo Pereira Ribeiro Louren	Saúde	9997.41.10	marcelo.pereira.ribeiro@hotnail.com.
6.	Marimundo Figueira Alves.	Ass. Social	9799.02.25	marimundofigueira@hotnail.com.br.
7.	Willyson Figueiras Lima	Ass. Social	9768.11.17(85)	
8.	João Roberto Magêncio Filho	Ass. Social	9108.44.60(85)	
9.	Alta Loucinha de Paulo	Eluciação	9966.24.93	
10.	Valtercio Nêcio Costa	Eluciação	9665.04.81.	
11.	Walteri São dos Santos	Eluciação	9931.79.20	
12.	Walcir de Moura Figueira	Ass. Social	9696.22.41	walcirde Moura Figueira@hotnail.com.
13.	Winebura de São Louren	Ass. Social	9900.87.17.	wineburas@outlook.com.
14.	João José dos Santos	Ass. Social	9684.59.82	joaose@outlook.com.
15.	Wagner Figueira Filho	Ass. Social	9914.45.21	wagnerf@hotnail.com.
16.	Wagner Augusto Braga	Ass. Social	9679.78.19	wagnera@hotnail.com.
17.	Wagner Augusto de Souza	Ass. Social	9930.74.42.	
18.	Walcir de Moura de Sales	Ass. Social	9748.90.74.	walcirde Moura de Sales@hotnail.com.
19.	Walcir de Moura de Sales	Ass. Social	3351.90.87.	
20.	Walcir de Moura de Sales	Eluciação	9978.09.13	walcirde Moura de Sales@hotnail.com.br.
21.	Walcir de Moura de Sales	Eluciação	9690.49.01	
22.	Walcir de Moura de Sales	Eluciação	9657.21.21	walcirde Moura de Sales@outlook.com.
23.	Walcir de Moura de Sales	Eluciação	9639.15.74.	walcirde Moura de Sales@outlook.com.
24.	Walcir de Moura de Sales	Saúde	9749.67.62	walcirde Moura de Sales@hotnail.com.
25.	Walcir de Moura de Sales	Eluciação	9774.11.33	walcirde Moura de Sales@hotnail.com.
26.	Walcir de Moura de Sales	Eluciação	9619.37.93	walcirde Moura de Sales@hotnail.com.
27.	Walcir de Moura de Sales	Ass. Social		

Assinatura

8.	Frederico Braga Chatao	Educacão	9675.10.20	sonia_and@hotmail.com.
9.	Helia Xavier dos Filhos	Educacão	9773.03.38	keill_xaviera@hotmail.com
0.	Ante Jansen Teixeira Filho	Esporte e lazer	9984.51.71	uanjllko10@gmail.com.
1.	Alba Valdivia Santos Chatao	Esport Social	9675.75.30	val-munozes-faj@hotmail.com
2.	Alba Sindrilucia Nunes	Educacão	9693.81.81	baizaphne@yahoo.com.br.
3.	Reisio Clemente dos Santos	Esporte e lazer	8831.14.34.	
4.	Manoel Santos Oliveira	Meio Ambiente	9909.85.90	edimeneu@yahoo.com.br.
5.	Albina Albuquerque de Jesus	Indústria	9916.90.30.	valdivia_xaviera@hotmail.com.
6.	Felipe Aquilante Teixeira Filho	Educacão	9759.04.04	aguiaralberto-teixeira@hotmail.com.
7.	Emmanuel Costa Galdeana	Esporte e lazer	9673.40.03.	alexahel@hotmail.com.br.
8.	Luciano Barbosa dos Santos	Esporte e lazer	9749.31.74.	lucianoborges@hotmail.com.
9.	Ante Frederico Barbosa dos Santos	Educacão	9638.88.92.	frederico_13@hotmail.com
0.	Adelmo José da Silva do Nascimento	Educacão	9619.38.86	pedroguarabau@hotmail.com.
1.	Renata Oliveira de Sousa	Esport Social	9949.42.08	glaudiviana@hotmail.com.
2.	Geovani Nery	Infraestrutura	9646.07.36.	percevaldiniz@hotmail.com.
3.	William Chatao	Esporte e lazer	9687.72.15	willington_guatao30@gmail.com.
4.	Alba Sindrilucia de Santos	Educacão	9759.12.00	williane_costa@hotmail.com.
5.	Frederico Ramos Mendes	Educacão	9744.83.17	mauricio_mendes@hotmail.com.
6.	Frederico Barbosa	Educacão		conce-Teixeira@hotmail.com.
7.	Jose Eli dos Santos	Indústria	9612.31.87	elijahsantos10@gmail.com.
8.	Luciano Oliveira Chatao	TRD	9773.09.05.	luciano_c@hotmail.com.
9.	Guilherme Chatao Chatao	Esport TRD		guilhermeguatao@yahoo.com.br.
0.	Albino Chatao de Sousa	Esport TRD	9659.13.82	
1.	Renata Nunes de Jesus	Esport TRD	9131.80.28	ronny_nunes38@gmail.com.
2.	Luciano Chatao de Sousa	Esport TRD	9909.34.87	marcelo-paulo@hotmail.com.
3.	Frederico Oliveira de Sousa	Esport TRD	9778.13.78.	glaudivia_1998@hotmail.com
4.	Frederico de Sousa, Manoel de Almeida	Esport TRD	9989.51.84	andre-lima70@hotmail.com.
5.	Alba Oliveira de Sousa	Esport TRD	9957.20.98	layla_muniz99@gmail.com.
6.	Alba Oliveira de Sousa, Frederico	Esport TRD	9910.04.50	mauricio_costa@hotmail.com.
7.	Frederico de Sousa, Frederico	Esport TRD	9968.54.86.	frederico_muniz@hotmail.com
8.	Frederico de Sousa, Frederico	Esport TRD	9939.27.93	luciano_mendes@hotmail.com

Frederico

90.	Herman bonus de Salsa	See Agric	8596094352	Hermano Drin: e gynecol.com
91.	Applian Courtw Denida	See Agric	969749304	
92.				
93.				
94.				
95.				
96.				
97.				
98.				
99.				
100.				
101.				
102.				
103.				
104.				
105.				
106.				
107.				
108.				
109.				
110.				
111.				
112.				
113.				
114.				
115.				
116.				
117.				
118.				
119.				
120.				

Arline

Arleena

9.	Maurisna Neto Pinto	CEEP TRD	(88) 9702 4262	lauroreporto2009@hotmail.com
0.	Thais Souza Vital	CEEP TRD	9956.93.88	thais.vital.52@proton.com
1.	Aracely Loureny Gomes da Silveira	CEEP TRD	9748.01.53	aracelyl15@gmail.com
2.	Marcos Aurélio Rodrigues	CEEP TRD	9107.30.26	
3.	Adelmar Almeida Campos	Educação	9759.81.81	
4.	Ticiane Vieira Santos de Jesus Reis	CEEP TRD	9903.03.44	TicianeVieira@proton.com.br
5.	Ronay Souza	CEEP TRD	9906.81.89	ronaysoza@gmail.com
6.	Jose Spas Ventura Moniz	Saúde	9627.98.57	
7.	Augustina Ventura do Prado	Sob. Social	9635.18.35	veniciaprade@proton.com.br
8.	Antônio Benício Ribeiro	Esporte e lazer	9902.87.39	abencio@proton.com.br
9.	Marcos Aureliadama G.O. Barbosa	CEEP TRD	9692.68.14	marcosmarcos@gmail.com
0.	Cláudio Antero Costa	Esporte e lazer	9674.95.64	claudiocosta@gmail.com
1.	Jose Aquilino de Paes	Sob. Social	9761.88.69	
2.	Augusto Vieira Moura	Sob. Social	9714.26.24	
3.	Jose Teixeira Filho	Sob. Social	9766.10.10	
4.	Genival Moura Santos de Oliveira	Sob. Social	9702.33.88	lucena-pantos02@hotmail.com
5.	Jose Moura Teixeira	Sob. Social	9766.10.10	
6.	Carla Maria de Paula Moura	Educação	9783.85.14	carla_maria_moura14@hotmail.com
7.	Valéria, Juana e do Silva	Educação	9914.14.02	valeria_juana_e_do@hotmail.com
8.	Isa do Santos de B. Rodrigues Mendes	Educação	9761.30.31	gacemendesmendes@hotmail.com
9.	Mauri Moura Duarte	Agropecuária	9771.42.46	
0.	André Batista Coutinho	Agropecuária		
1.	Itamar Gomes de Souza	Educação	9918.38.08	karolmcap@hotmail.com
2.	Dono Karoline Araújo de Freitas	Educação	9973.88.18	karolmcap@hotmail.com
3.	Almeida e Silva Moura	Educação	9940.35.21	karolmcap@hotmail.com
4.	Isabela, Juana, Ana	Educação	9953.27.91	karolmcap@hotmail.com
5.	Carolina Ribeiro Neto	Sob. Social	9676.97.34	karolmcap@hotmail.com
6.	Michael Ventura Brasil	Sob. Social	9992.02.45	karolmcap@hotmail.com
7.	Monica Oliveira Filho		9619.17.86	karolmcap@hotmail.com
8.	Thiago Souza Santos	Esporte e lazer		karolmcap@hotmail.com
9.				

121.	Ara Maria da Silva	Cauran	96468888	
122.	Engracia Jute da Silva	ARTECAN	933512289	
123.	Francisca 'Santana' Pires	educacao	97660888	franciscap@ymail.com
124.	Francisca Lima de Sousa	educacao	96818684	franciscayv@p@ymail.com
125.	Manoel Barbosa dos Santos	Ass. Embaca	91981224	
126.	Eugenio Bezerra dos Santos	Ass. Embaca	91163158	
127.	Nilia Ma dos Santos	Sec. Saude	99062619	milasantos@hotma.com
128.	Sebastião F. Noronha	Sec. Saude	99738688	
129.	Fco Oliveira Barros	Assoc. Sociof	98221571	
130.	Antonio Jacinto S. Oliveira	educacao	96735354	lante.praia@hotma.com
131.	Maria Alice Sanchão de Oliv.	educacao	96493302	ma-alice@educ@hotma.com
132.	Ana Paula de S. Miranda	educacao	96349453	paula.miranda@p@ymail.com
133.	Enilson Soares Lima	educacao	96349790	enilson@hotma.com
134.	Rda Lucia Lopes	Ass. Timbarea	91046121	
135.	Antonio Jefferson F. Lucas	educacao	91900104	
136.	Bernarda de Paiva Oliveira	Ass. Sociof	97665377	bernardap@hotma.com
137.	João Vitor Rodrigues	educacao	96919328	
138.	Paul Camurino de Sousa	Admin. Trac	94440190	
139.	Karine Soares Costa	Ass. ADAT	96754869	
140.	Aurora Alves da Costa	Enxide	96913370	aurora.alves7@hotma.com
141.	Sandra da Silva Jacinto	Assoc. Sociof	99965026	sandradasilva@hotma.com
142.	Victória Kubia da Silva Barbosa	educacao	96908381	
143.	Maurice Cordeiro dos Santos	Indicador	96631725	
144.	Fabio Moreira do Nascimento	Ass. Guarua	99436013	
145.	Elaine Rodrigues Martins	Assoc. Sociof	96560830	
146.	Romulo Pereira de Oliveira	Sec. Cultura	96286842	romulo750@ymail.com
147.	Jose Flavio S de Oliveira	educacao	93326516	joseflavio88@hotma.com
148.	Márcia Claudine Leme	Ass. Mundial	96395032	
149.	Marcos Aurelio Leme de Castro	Ass. Ambiental	96804819	marcommund@hotma.com
150.		Administracão	99019747	locheram@hotma.com

Handwritten signature

